

HABEAS CORPUS Nº 567.408 - RJ (2020/0070906-7)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : MARCIO DELAMBERT MIRANDA FERREIRA
ADVOGADO : MÁRCIO DELAMBERT MIRANDA FERREIRA -
RJ106809
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A REGIAO
PACIENTE : SERGIO DE OLIVEIRA CABRAL SANTOS FILHO
(PRESO)

DECISÃO

SERGIO DE OLIVEIRA CABRAL SANTOS FILHO, por meio de seu advogado, alega sofrer coação ilegal em decorrência de decisão monocrática de **Desembargador do Tribunal Regional Federal da 2ª Região**, que indeferiu seu pedido de prisão domiciliar no HC n. 5002330-86.2020.4.02.0000/RJ.

O paciente, custodiado no Presídio Pedrolino Werling de Oliveira, afirma que não praticou crimes com violência ou grave ameaça à pessoa e que sua segregação, decretada em "novembro do ano de 2016" (fl. 11), foi mantida na sentença condenatória (20/9/2017) e no julgamento da apelação (4/12/2018), ainda não transitada em julgado. Os fatos, segundo ele, não eram contemporâneos e dos treze denunciados, apenas dois estão segregados.

A parte considera que a crise atual causada pelo coronavírus (fl. 11) autoriza seu recolhimento em domicílio, com lastro na Recomendação CNJ n. 62, pois Nota Técnica sobre os Impactos do Covid-19 no Sistema Prisional do Rio de Janeiro sublinha que as unidades podem ser um grande foco de contágio e disseminação rápida do vírus, além de ser potencialmente uma verdadeira fábrica de óbitos.

O réu explica que não ostenta periculosidade, pois deixou o governo do Estado do Rio de Janeiro em 2014 e está afastado da política desde então. Ademais, devolveu bens e valores em sua posse em atendimento aos termos de acordo de colaboração premiada. Afirma ser cogente a reavaliação de sua prisão preventiva, máxime quando, no âmbito da ADPF n. 347/DF, o Ministro Marco Aurélio concedeu liminar para que os juízos analisem, com urgência, a necessidade do regime domiciliar dos presos por delitos sem violência ou grave ameaça (fl. 42).

Superior Tribunal de Justiça

Assim, requer a prisão domiciliar.

Decido.

O ato apontado como coator foi prolatado por Desembargador do TJRJ, que indeferiu, por meio de despacho, pedido de substituição da prisão preventiva do paciente.

Nos termos do entendimento desta Corte: "não tem cabimento o habeas corpus para desafiar decisão singular de Desembargador relator que não conheceu do recurso interposto perante o Tribunal (precedentes). 3. A provocação da jurisdição desta Corte Superior exige o prévio exaurimento da instância antecedente. **Se a defesa não interpôs agravo regimental com o fim de submeter a decisão singular à apreciação do órgão colegiado competente, não se inaugurou a competência deste Tribunal Superior (precedentes)**" (AgRg no HC n. 423.705/RS, Rel. Ministro Antonio Saldanha Palheiro, 6ª T., DJe 5/4/2018, grifei).

Confira-se, ainda, julgado do Supremo Tribunal Federal:

[...]

Do ponto de vista processual, o caso é de habeas corpus substitutivo de **agravo regimental (cabível na origem)**. Tendo em vista a jurisprudência da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), o processo deve ser extinto sem resolução de mérito, por inadequação da via eleita (HC 115.659, Rel. Min. Luiz Fux). Inexistindo pronunciamento colegiado do Superior Tribunal de Justiça, não compete ao STF examinar a questão de direito implicada na impetração. Precedentes [...]

(RHC n. 169214 ED, Rel. Ministro Roberto Barroso, 1ª T., Dje 19/9/2019, destaquei).

Ademais, não verifico a possibilidade de deferir nenhuma tutela de ofício.

O paciente foi acusado de ser o articulador e o líder de complexa e numerosa organização criminosa que se instalou no governo fluminense e de praticar inúmeros crimes, que lesaram sobremaneira os cofres públicos. Basta examinar o organograma de fl. 603 para se ter uma ideia da gigantesca estrutura ilícita.

Não há falar em ausência de contemporaneidade, pois o comportamento do réu, antes e depois dos crimes apurados no Processo n. 0509503-57.20164.02.5101, são indicativos de risco atual à ordem pública.

GMRS23
HC 567408

C53A9110032020@
2020/0070906-7

C53A9110032020@
Documento

20/03/2020
12:36:35
Página 2 de 5

Não se pode olvidar, à luz não somente da condenação citada nestes autos, mas de tudo o que foi objeto das várias fases posteriores da Operação Lava-Jato no Rio de Janeiro, que o postulante, apesar de sua trajetória política e do apoio de vários milhões de votos, sistematicamente, durante anos, "vendeu a confiança que lhe foi depositada pelos cidadãos do Estado do Rio de Janeiro" (fl. 530) e, segundo o Ministério Público e as instâncias ordinárias, perpetrou diversos crimes em contexto de gigantesco esquema de corrupção, de forma a revelar especial periculosidade. O benefício que auferiu com os ilícitos não foi totalmente recuperado e, em fase mais recentes das investigações, apurou-se que muitos ativos foram dissimulados e ocultados mesmo depois que ele deixou o cenário político.

Os **vários registros criminais do sentenciado** (mais de uma dezena de sentenças condenatórias) e sua condenação a **penas que, somadas, ultrapassam 250 anos de reclusão**, bem como a **gravidade concreta e a enorme lesividade de suas condutas**, praticadas anos a fio, evidenciam que **a prisão preventiva é inarredável**.

Os ilícitos atribuídos ao paciente, apesar de não terem sido praticados com violência direta contra pessoa, **são de magnitude ímpar, a ponto de contribuir para a perene crise econômica de um ente federativo**. Considerando que ele era o administrador do Estado, sua conduta apresenta muito maior gravidade que crimes de rua, como o homicídio ou o latrocínio, ante o prejuízo que ocasionou a vários setores públicos e os danos reflexos à saúde, à segurança, à educação e aos transportes de todos os habitantes do Rio de Janeiro. Vale lembrar que apenas parte do prejuízo imensurável aos cofres estaduais foi recuperado, mesmo com a referência a centenas de milhões de reais restituído por delatores no âmbito da Justiça Federal do Rio de Janeiro. Nesta impetração, a defesa não comprova que Sérgio Cabral devolveu todos os valores saqueados dos cofres públicos.

Assim, ante o *modus operandi* dos crimes, o papel destacado do paciente como articulador e líder da organização criminosa, o "desprezo às instituições públicas"(fl. 530) e às necessidades de milhares de cidadãos do Rio de Janeiro, parece-me ainda persistir o intenso risco que sua liberdade representa para a ordem pública.

O réu foi condenado em dois graus de jurisdição. Não poderá rediscutir fatos em recurso especial ou extraordinário. Ostenta inúmeras outras condenações. A decisão liminar na ADPF n. 347, citada na impetração, acabou não referendada pelo plenário do Supremo Tribunal Federal e ele não possui o perfil recomendado para ser favorecido com a Recomendação n. 62 do

CNJ. A exortação em apreço deve ser direcionada a presos em grupo de risco, que estão em locais com ocupação superior à capacidade, sem equipe de saúde etc.

Como assinalei em outras decisões de minha relatoria, **novas ordens** de prisão cautelar devem ser excepcionais neste momento de crise, de modo a priorizar as segregações imprescindíveis para garantia da ordem pública e/ou econômica, da instrução criminal e da aplicação da lei penal. A crise do novo coronavírus deve ser sempre levada em conta na análise de pleitos de libertação de presos, mas, ineludivelmente, **não é um passe livre para a liberação de todos**, pois ainda persiste o direito da coletividade em ver preservada a paz social, a qual não se desvincula da ideia de que o sistema de justiça penal há de ser efetivo, de sorte a não desproteger a coletividade contra os ataques mais graves aos bens juridicamente tutelados na norma penal.

O postulante, dotado de acentuada periculosidade, não pode ser equiparado a um preso comum. **Ele está em local reformado recentemente, que abriga detentos de nível superior. Sua condição é muito diferente daquela vivenciada por milhares de internos em situações desumanas.** O ex-governador é monitorado pelas autoridades, por profissionais que o assistem e, como sublinha a defesa, pela mídia.

As medidas recomendadas pelo Conselho Nacional de Justiça (Recomendação n. 62) visam a prevenir a infecção e a propagação do coronavírus em espaços de confinamento de pessoas que se encontram sob a tutela do Estado. Entretanto, o postulante já está segregado há algum tempo, sem realizar viagens internacionais. **Não existe, no local, registro de superpopulação carcerária ou deficiente condição sanitária, nem de incidência do vírus.** O condenado não possui idade avançada e não se tem notícia de que, desde sua segregação, tenha sofrido enfermidades bacterianas e parasitárias (tuberculose, meningite, AIDS) que assolam os presidiários.

O paciente pode ser isolado e seguir as orientações para evitar a disseminação do coronavírus. **Também poderá receber imediato tratamento se apresentar sintomas da doença.** Assim, não reputo cabível substituir sua prisão preventiva de ofício.

Não vejo, enfim, razões bastantes para superar o rigor da Súmula nº 691-STF e não identifico, na complexidade do caso, suficientes argumentos - ainda que humanitários - para atender ao pleito da combativa defesa.

À vista do exposto, **indefiro liminarmente** o processamento deste habeas corpus, com fulcro no art. 210 do RISTJ, e não diviso flagrante ilegalidade apta a ensejar, *ex officio*, a postulada concessão do *writ*.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se e intinem-se.

Brasília (DF), 20 de março de 2020.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**